



Patrícia de Jesus Monteiro, Advogada

Patrícia de Jesus Monteiro fundou em 2009 o seu escritório, em Cascais, e destaca-se por abordar várias áreas do Direito e pela “capacidade de conjugar as soluções técnico-jurídicas com a inteligência emocional junto de cada cliente”, tal como a advogada conta à Mais Magazine.

Em 2009 fundou o seu próprio escritório, em seu nome, Patrícia de Jesus Monteiro. Como surgiu essa oportunidade e qual o balanço destes anos de atividade?

A minha aptidão para ajudar os outros em diversas situações, o curso de Direito que escolhi aliado ao meu espírito proativo, dinâmico e polivalente, impulsionou-me para criar o meu próprio escritório para desenvolver as minhas competências em pleno, com elevado nível de rigor, confiança e profissionalismo. Em 14 anos de serviço jurídico destaco a importância de escutar o cliente como o principal foco de atuação. A colaboração com outros profissionais de áreas complementares à resolução da questão do cliente é relevante também.

Quais as áreas de atuação jurídica e áreas de direito que a PJM Advogados abrange?

Somos um escritório de advogados generalista, com competências técnico-jurídicas nas seguintes áreas de direito: Administrativo, Comercial, Contraorde-

“Patrícia de Jesus Monteiro traçou um percurso de muito trabalho e persistência conjugado com a dedicação, o acompanhamento e o empenho da equipa versus cliente”

nacional, Estrangeiros, Família, Imobiliário, Insolvência, Obrigações, Penal, Direitos Reais, Registos e Notariado, Sucessões, Trabalho e Urbanismo.

Quais os principais segredos para se conseguir obter sucesso na área da advocacia? Considera que a proximidade com o cliente é um dos principais trunfos?

O nosso escritório traçou um percurso de muito trabalho e persistência conjugado com a dedicação, o acompanhamento e o empenho da equipa versus cliente. Não existem segredos para o nosso sucesso, contudo, considero que a intuição feminina acrescenta valor a quem nos procura! A mais-valia é a nossa capacidade de conjugar as soluções técnico-jurídicas com a inteligência emocional junto de cada cliente. O contacto permanente com o cliente, as respostas atempadas e a constante informação disponibilizada são a nossa orientação de trabalho.

A 19 de maio assinala-se o Dia do Advogado, data que assinala o trabalho meritório que todos estes profissionais exercem pelos direitos dos portugueses. Na sua ótica, qual a importância do advogado numa sociedade democrática?

O Advogado é um técnico jurídico com um papel fundamental na prossecução da justiça, da igualdade e na manutenção do Estado Democrático de Direito. Contribui também para a resolução de conflitos de forma pacífica, para a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e para a aplicação correta das leis. Participa de todo o processo judicial, desde a elaboração de petições iniciais/ contestações e diversos requerimentos e recursos até à realização de alegações orais em audiências de julgamento.

Realço um dos princípios basilares da advocacia, “a independência do Advogado (EOA)”, pois garante que o serviço jurídico é realizado de acordo com a sua própria consciência e conhecimento técnico-jurídico, sem sofrer influências externas que possam comprometer o seu desempenho profissional.

Tal como ainda é corrente noutras áreas da sociedade, também no ramo da advocacia as mulheres não possuem o mesmo tipo de direitos que os homens, registando-se uma clara desigualdade. O que ainda é necessário fazer para equilibrar esta balança? Como é para si ser uma mulher advogada em Portugal?

As mulheres são verdadeiras guerreiras! Desempenham múltiplas funções tanto a nível pessoal, como profissional.

A área do direito sofreu uma enorme evolução quanto à desigualdade de género, pois era predominantemente dominada pelo género masculino. Atualmente, é diferente, já existem muitas mulheres estudantes de direito, advogadas, magistradas, entre outros cargos, mas a desigualdade de género ainda persiste, em menor dimensão, e talvez “mais mascarada”. Ao analisarmos os dados comparativos homens vs mulheres, quanto aos salários, ao número de horas de trabalho, ao número de empregos, às posições de chefia... constatamos uma “realidade de desigualdade”.

Enquanto advogada e como mulher confesso que nunca senti injustiça nem muita desigualdade profissional. Porém, saliento que no tema da maternidade na advocacia existe alguma desigualdade de género, no que diz respeito à conciliação das atividades jurídicas com as responsabilidades da maternidade. No meu caso, tive a sorte de ter o apoio de colegas no escritório, mas nas audiências e em certos casos específicos foi necessário eu estar presente!

A desigualdade de género na área jurídica é um desafio significativo que requer comportamentos que promovam a equidade e a inclusão de género.



www.pjmadvogados.com